



**INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO**



PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Edição 2019/2020

Parceiros:



ÍNDICE

1. Proposta de valor do curso	3
2. Público-alvo	3
3. Objetivos	4
4. Metodologias e avaliação	5
5. Plano de estudos	5
6. Programa resumido de cada módulo	6
7. Formadores	15
8. Parcerias	20
9. Propinas	20
10. Regras de admissão e funcionamento do curso	20
11. Calendário e horário escolar	20

1. PROPOSTA DE VALOR DO CURSO

De acordo com o apontado pela Conta Satélite da Economia Social (CSES), a Economia Social representa 2,8% do Valor Acrescentado Bruto Nacional, 5,2% das remunerações nacionais e 6% do emprego remunerado. Composto por mais de 60.000 entidades, gere no seu total quase 14.000 milhões de euros e com uma tendência crescente. Estas organizações assumem um papel de grande importância na coesão social do país. Também no contexto europeu a Economia Social assume um papel de relevo. A União Europeia conta com cerca de 2,8 milhões de entidades da economia social, que envolvem mais de 13,6 milhões empregos remunerados e cerca de 83 milhões de voluntários.

A boa gestão das entidades da Economia Social exige conhecimentos aprofundados das especificidades jurídicas, contabilísticas, de planeamento e gestão das mesmas. Acrescem ainda as dificuldades com que estas entidades se confrontam em termos de publicação das suas contas e relato das suas atividades.

É neste contexto que este curso de pós-graduação procura ajudar os profissionais (ou futuros profissionais) de entidades da economia social a gerir com maior eficácia e eficiência.

Este curso de pós-graduação adequa-se integralmente com a missão da *Porto Executive Academy* que é formar executivos e pré-executivos de organizações e com a missão do ISCAP que é criar uma estreita relação com o meio envolvente, servindo-o e adaptando-se a uma realidade em constante mutação, através da adoção de uma nova atitude no ensino, neste caso no ensino não graduado de executivos.

2. PÚBLICO-ALVO

Os destinatários do curso são principalmente:

- profissionais que exerçam funções de gestão de nível médio e superior nas entidades da economia social;
- técnicos superiores, coordenadores de serviço que desempenham ou pretendam vir a desempenhar funções de gestão em entidades da economia social;
- prestadores de serviços de consultoria a organizações de economia social;
- empreendedores sociais;
- funcionários de organismos da Administração Central e Local com atividades relacionadas com as organizações de economia social;

- responsáveis de projetos desenvolvidos ao abrigo de programas de responsabilidade social corporativa;

Contudo, de forma geral, podem candidatar-se a este curso titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, bem como os que possuam um curriculum escolar, científico, ou profissional reconhecido como equivalente ao grau de licenciado.

3. OBJETIVOS

A Pós-Graduação em Gestão de Entidades da Economia Social, visa, em termos genéricos, dotar os participantes de:

- Competências e conhecimentos em diversas áreas de gestão relacionadas com as entidades da Economia Social;
- Desenvolver uma visão estratégica e integrada, que permita aos gestores responder aos desafios característicos do setor da Economia Social;
- Adquirir competências para promover a excelência nas entidades da Economia Social

Em termos mais específicos são ainda objetivos desta Pós Graduação, entre outros:

- conhecer as especificidades económicas das entidades da Economia Social, o seu contexto socioeconómico e as implicações que daqui resultam para a sustentabilidade destas organizações;
- compreender a informação contabilística e o enquadramento jurídico e fiscal relevantes para a atividade das entidades da Economia Social;
- organizar processos de planeamento estratégico de entidades da economia social;
- planear e implementar processos comunicacionais e de marketing associados ao planeamento global das entidades da economia social;
- preparar, gerir e avaliar projetos, bem como conhecer os principais mecanismos de financiamento dos mesmos;
- gerir eficazmente recursos humanos;
- entender a importância dos sistemas de informação e da inovação em entidades da economia social;

4. METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO

As metodologias que serão utilizadas serão sempre mistas, procurando articular técnicas de exposição teórica com o uso predominante de métodos pragmáticos, orientados para a ação e de acordo com a realidade organizacional dos participantes.

Assim, entre outras metodologias, serão utilizadas: *Case Studies, Workshops, Role Playing, Peer Learning, etc.*

Cada módulo será avaliado de forma autónoma e independente em condições a fixar pelo responsável do módulo. A classificação final do curso corresponde à soma ponderada das classificações de cada módulo pelo peso percentual de cada módulo no conjunto de créditos ECTS totais do curso.

5. PLANO DE ESTUDOS

O curso apresenta um plano curricular com 240 horas, conferindo um total de 30 créditos ECTS. A área técnico científica dominante é a Gestão e Administração.

MÓDULO	HORAS	ECTS	ÁREA
Economia Pública e Política Social	16	2	Economia
Regime Jurídico das entidades da economia social	16	2	Direito
Regime Fiscal e da Segurança Social das entidades da economia social	16	2	Contab. e Fiscalidade
Gestão financeira das entidades da economia social	24	3	Gestão e Admin.
Gestão Estratégica das entidades da economia social	24	3	Gestão e Admin.
Gestão de recursos humanos em entidades da economia social	24	3	Gestão e Admin.
Regime Laboral das entidades da economia social	24	3	Direito
Introdução ao Marketing das entidades da economia social	24	3	Marketing e Pub
Plano de Marketing de entidades da economia social	24	3	Marketing e Pub
Sistemas de informação, redes e inovação nas entidades da economia social	16	2	Informática
Gestão de projetos e financiamento das entidades da economia social	16	2	Finanças, Banca Seg
Seminários temáticos	16	2	Gestão e Admin.

Nota:

Os alunos da Pós-Graduação que tiverem aproveitamento nos seguintes módulos terão creditação às seguintes unidades curriculares do Mestrado em Gestão e Regime Jurídico da Economia Social:

PÓS GRADUAÇÃO GESTÃO ENTIDADES ECONOMIA SOCIAL		MESTRADO EM GESTÃO E REGIME JURÍDICO DA ECONOMIA SOCIAL	
MÓDULO	ECTS	UNIDADE CURRICULAR	ECTS
Gestão financeira das EES	3	Gestão Estratégica das EES	6
Estratégica das EES	3		
Introdução ao Marketing das EES	3	Marketing das EES	6
Plano de Marketing das EES	3		
Regime laboral das EES	3	Regime laboral, gestão e desenvolvimento de recursos humanos em EES	6
Gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos em EES	3		

6. PROGRAMA RESUMIDO DE CADA MÓDULO

6.1 ECONOMIA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL:

Objetivos:

Perceber a importância das entidades da economia social na economia portuguesa e o seu contributo específico para o equilíbrio social e redução das desigualdades

Programa:

1. Natureza dos problemas económicos e a Economia Pública e Social. A necessidade da existência de políticas públicas e as formas de intervenção do Estado.
2. Economia e política social, Estado e sociedade;
3. Economia e política social: aposta estratégica e relevância na União Europeia;
4. Economia informal como recurso/transição e exclusão social;
5. Pobreza e exclusão social; critérios de redistribuição de rendimentos.
6. Desigualdades e desemprego;
7. Envelhecimento, pensões e Segurança social;
8. Perceção institucional da problemática e considerações finais

6.2 REGIME JURÍDICO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Objetivos

- Compreender a especificidade do regime jurídico das cooperativas e das mutualidades face às demais formas jurídicas;
- Conhecer o processo de constituição destas entidades;
- Conhecer e compreender as especificidades dos modelos de administração e de fiscalização destas entidades, e em que medida aqueles asseguram uma governação participada e transparente;
- Compreender as questões centrais do regime económico destas entidades e em que medida este assegura a sua sustentabilidade, fornecendo-lhes os mecanismos necessários para serem eficientes no mercado;
- Compreender as especificidades do regime de extinção destas entidades.

Programa

- 1- Enquadramento normativo das cooperativas e das mutualidades em Portugal
 - 1.1.- As cooperativas e as mutualidades na Constituição da República portuguesa;
 - 1.2. – As cooperativas e as mutualidades na Lei de Bases da Economia Social;
 - 1.3.- As cooperativas no Código Cooperativo Português;
 - 1.4- As mutualidades no Código Civil e no Código das Associações Mutualistas.
- 2- As cooperativas
 - 2.1.- Noção e objeto social
 - 2.2.- Espécies de cooperativas e de membros.
 - 2.3. - O processo de constituição
 - 2.4.- A governação: modelos de administração e de fiscalização
 - 2-5- O regime económico
 - 2.6.- A auditoria cooperativa
 - 2.7- A intercooperação e o regime jurídico dos grupos económicos cooperativos
 - 2.8 - Dissolução e liquidação
- 3- As mutualidades
 - 3.1. - Noção e objeto social
 - 3.2. - O processo de constituição
 - 3.3. - os modelos de administração e de fiscalização
 - 3.3. - O regime económico

- 3.4. -A auditoria nas mutualidades
- 3.5. - O regime jurídico dos grupos económicos
- 3.6. - Extinção: formas e regime

6.3 REGIME FISCAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

Objetivos

- Compreender o regime fiscal e da segurança social das várias categorias de entidades da economia social;
- Compreender os problemas do atual regime fiscal e de segurança social das entidades de economia social e entender como os ultrapassar;
- Capacidade de integrar os aspetos da fiscalidade e da segurança social das entidades da economia social num projeto de criação de uma entidade da economia social;
- Capacidade de aplicar o regime fiscal da economia social na gestão das entidades da economia social;
- Capacidade de aplicar corretamente o regime fiscal do mecenato na gestão das entidades da economia social.

Programa:

1. A tributação do rendimento das entidades da economia social
 - Regime geral
 - Regime das “pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social”
 - Regime das “atividades culturais, recreativas e desportivas”
 - Os artigos 52º-57º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
 - O regime do art. 66º-A do EBF
2. O regime de segurança social
 - “Entidades sem fins lucrativos”
 - Pessoas que prestam trabalho n as cooperativas
3. As entidades da economia social no IVA.
 - As isenções objetivas do IVA
 - Entidades sem fins lucrativos
4. Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto do Selo

- Regime dos “benefícios fiscais relativos a bens imóveis” e a sua relação com a economia social
 - Isenções de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis para entidades da economia social
 - Isenções de Imposto do Selo para entidades da economia social
5. O regime fiscal do mecenato

6.4 GESTÃO FINANCEIRA DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Objetivos:

A UC tem como objetivo principal a compreensão da importância da gestão financeira para as entidades da economia social e dotar os alunos de conhecimento sobre os principais instrumentos e ferramentas de análise;

Objetivos específicos: Capacitar os alunos para a elaboração de diferentes tipos de orçamentos nas entidades da economia social; Desenvolver conhecimento sobre os principais indicadores económico financeiros; Desenvolver capacidades no âmbito do controlo orçamental para as entidades da economia social.

Programa:

1. Gestão orçamental e financeira
 - 1.1 Processo de planeamento financeiro e gestão orçamental
 - 1.2. A elaboração do orçamento de exploração, de investimento, de tesouraria e financeiro
 - 1.3. A execução orçamental
2. A sustentabilidade financeira das organizações da economia social
 - 2.1. Indicadores económico-financeiros das organizações da economia social;
3. Controlo financeiro

6.5 GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL:

Objetivos:

- Capacidade para apreender e aplicar conhecimentos de gestão na área social; - Refletir criticamente e de um modo inovador sobre modelos organizacionais na área social;
- Competências Específicas: - Caracterizar o processo de planeamento estratégico e gestão de recursos nas entidades da economia social; - Fornecer ferramentas e estruturas concetuais para avaliar oportunidades inovadores na área social; - Capacitar para a construção de uma

estratégia nas organizações sociais; - Conhecer a importância do mapeamento dos principais stakeholders na definição de uma estratégia; - Conhecer fontes de recursos não tradicionais que poderão ser utilizadas nas entidades da economia social; - Capacitar para a elaboração de um plano de negócio; - Conhecer a importância da conceção de sistemas de medição do desempenho

Programa:

1. O planeamento como função fundamental da gestão;
2. Instrumentos de análise da oportunidade social
3. Valores, visão, missão, objetivos, estratégia e governação
 - 3.1 Valores;
 - 3.2 Visão;
 - 3.3 Missão, objetivos e estratégia
 - 3.4 Instrumentos de apoio à formulação dos valores, visão, missão, objetivos, estratégia e ações
 - 3.5 Instrumentos de governação.
4. Identificação e análise dos principais stakeholders na prossecução da estratégia
5. A gestão de recursos nas entidades da economia social
6. Plano estratégico e controlo
 - 6.1 A criação de um plano de negócio para as entidades da economia social
 - 6.2. Avaliação do desempenho organizacional e do impacto social

6.6 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Objetivos

- Reconhecer as especificidades e o potencial de desenvolvimentos da Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos assalariados e voluntários nas entidades da economia social.
- Conhecer boas-práticas de gestão e desenvolvimento de recursos humanos em entidades da economia social.

Programa

1. A gestão estratégica de recursos humanos
 - 1.1. A centralidade dos recursos humanos na estratégia das entidades da economia social
 - 1.2. As entidades da economia social enquanto agentes empregadores
2. Os diferentes subsistemas da gestão e desenvolvimento de recursos humanos
 - 2.1. Da descrição e análise de funções à definição de competências
 - 2.2. Do acolhimento à integração
 - 2.3. A Gestão participada de desempenho
3. Gestão do voluntariado
 - 3.1. Definição de voluntariado e importância em Portugal
 - 3.2. O plano de voluntariado

6.7 REGIME LABORAL DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL:

Objetivos:

Compreender os desafios estratégicos das entidades da economia social enquanto agentes empregadores - Conhecer o regime jurídico-laboral aplicável às entidades da economia social, consoante o tipo de vínculo e a forma jurídica da entidade. - Reconhecer a relevância da contratação coletiva no setor da economia social.

Programa:

1. O regime jurídico-laboral das entidades da economia social
2. A contratação colectiva no setor da economia social
 - Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho. Noção, modalidades e âmbito de aplicação.
 - Os principais instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho

6.8 INTRODUÇÃO AO MARKETING EM ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL:

Objetivos:

- Conhecer a importância do marketing nas suas diferentes atividades; - Desenvolver competências de marketing nas entidades da Economia Social; - Compreender as especificidades do marketing no contexto da economia social; - Conhecer e compreender a importância do desenvolvimento de uma estratégia de marketing -

Programa:

1. As entidades da Economia Social e as novas formas de estar no mercado
 - 1.1. Marketing
 - 1.2. Contexto das entidades da Economia Social
 - 1.3. Distinção entre Marketing das entidades da Economia Social, Marketing Associado a Causas e Marketing Social
2. Desenvolvimento de uma estratégia de marketing para as entidades da Economia Social
 - 2.1. A missão
 - 2.2. Conceito de marketing e troca: identificação dos *stakeholders*
 - 2.3. Segmentação, *targeting* e posicionamento
 - 2.4. *Branding*

6.9 PLANO DE MARKETING EM ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Objetivos

- Compreender a importância de elaborar um plano de marketing
- Conhecer e compreender diversos mecanismos que permitam estabelecer relação com os diferentes públicos, alimentando essa relação

Programa

1. Análise ao ambiente da entidade
 - 1.1. Análise externa: pesquisa sobre doadores, voluntários, clientes e concorrentes
 - 1.2. Análise ao marketing interno e situação concorrencial
2. Proposta de valor e vantagem competitiva
3. Audiência-alvo
4. Especificidades do Produto/serviço
5. A definição de Preço
6. Estratégias de distribuição
7. Definir a mensagem e entregar ao *target*
8. Criar uma comunidade de seguidores
9. Ferramentas de controlo

6.10 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, REDES E INOVAÇÃO NAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Objetivos:

- Avaliar o funcionamento das organizações de economia social e integrar os sistemas de informação no contexto organizacional;
- Avaliar as necessidades específicas tecnológicas das organizações de Economia Social e das suas redes e integrar soluções tecnológicas que respondam às necessidades dessas organizações.
- Analisar e intervir em situações organizacionais que envolvem o planeamento e utilização de sistemas de informação; identificar e utilizar software livre que responda às necessidades da entidade da economia social; Identificar as necessidades de interoperabilidade de uma rede de economia social; Planear e desenvolver um sistema de gestão de conteúdos para uma entidade da economia social

Programa:

1. Sistemas de Informação (SI) nas entidades da Economia Social
 - 1.1 Conceitos fundamentais
 - 1.2 Papel dos SI
 - 1.3 Tipos de SI
 - 1.4 Atividades da Gestão de SI
2. Interoperabilidade
 - 2.1 Conceitos fundamentais
 - 2.2 Padrões abertos
 - 2.3 Serviços Web
 - 2.4 Dados Ligados e Abertos
3. Software Livre (SL)
 - 3.1 Conceitos fundamentais
 - 3.2 Características de um SL
 - 3.3 Avaliação de um SL
4. Gestor de Conteúdos Web (CMS)
 - 4.1 Conceitos fundamentais
 - 4.2 Alojamento e domínio
 - 4.2 O papel dos CMS no trabalho em rede
 - 4.3 CMS e a Economia Social: CiviCRM
 - 4.3 Planeamento e desenvolvimento de um sistema de gestão de conteúdos

6.11 GESTÃO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL:

Objetivos:

Conhecer modelos de avaliação da Qualidade do ISS, I.P. e fazer gestão por indicadores da qualidade. Conhecer as etapas de construção de um projeto de intervenção social – diagnóstico, construção do plano de intervenção, execução do projeto e avaliação. Conhecer os principais financiamentos de projetos.

Programa:

1. Princípios de Gestão da Qualidade em entidades da economia social
 - 1.1. A norma ISO 9001
 - 1.2. Modelos de Avaliação da Qualidade do ISS, I.P.
 - 1.3. Gestão por indicadores da qualidade
 - 1.4. Gestão de projetos
2. Financiamento de Entidades da Economia Social
 - 2.1 Financiamento do ciclo de exploração e de investimento
 - 2.2 Novos instrumentos de financiamento das organizações sociais.

6.12 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS:

Sessões temáticas proferidas por personalidades de relevo convidadas para seminários versando temas variados sobre Economia Social

7. FORMADORES

Ana Luísa Martinho

Experiência profissional ligada à sociologia das organizações e à docência nas áreas de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos (GDRH). Tem título de especialista em GDRH em organizações da economia social. Tem participado em projetos de investigação e de investigação-ação que versam as temáticas da igualdade de género, da inovação social e da qualificação organizacional em organizações da economia social. Docente na licenciatura de RH no Politécnico do Porto e na pós-graduação de Gestão de Organizações da Economia Social da Universidade Católica Portuguesa. Formadora e consultora no âmbito de projetos de desenvolvimento organizacional, bem como avaliadora externa de projetos sociais, de âmbito nacional e europeu. É co-fundadora e membro da Associação A3S, desempenhando atualmente funções de Presidente da Direção.

Deolinda Meira

Licenciada, mestre e Doutora em Direito, com uma tese subordinada ao tema “O regime económico das cooperativas em Portugal. O capital social”. Professora Adjunta de Direito Comercial no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto. Centra a sua investigação no regime jurídico das cooperativas e da economia social, sendo autora de comunicações científicas, monografias, capítulos de livros e artigos sobre estas temáticas. É Diretora Adjunta da Revista Cooperativismo e Economia Social da Universidade de Vigo. Membro investigador do CEOS.PP (Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto), no âmbito do qual coordena a linha de investigação sobre economia social, do SGEVOL - Study Group on European Cooperative Law e do IBECOOP – Instituto Brasileiro de Estudos em Cooperativismo. Membro associado da ADSR - Associação Direito das Sociedades em Revista, do CIRIEC Portugal, da Asociación Internacional de Derecho Cooperativo e da Asociación Iberoamericana de Derecho Cooperativo, Mutual y de la Economía Social y Solidaria. Membro das comissões científicas do CIRIEC Internacional, da CIRIEC España - Revista Jurídica de Economía Pública, Social y Cooperativa, do Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, da revista International Journal of Cooperative Law; do Conselho Editorial da Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB) e do Comité de Arbitragem Científica da Revista Jurídica Portucalense/Portucalense Law Journal. Avaliadora de artigos em revistas da especialidade.

Inês Veiga Pereira

Licenciada em Gestão, Mestre em Ciência empresariais, pela faculdade de economia do Porto e Doutorada pela Universidade de Vigo, tendo desenvolvido uma dissertação que se foca nas relações públicas das Organizações sem fins lucrativos. Tem desenvolvido o seu trabalho de investigação dando enfoque às Organizações Sem fins lucrativos, O marketing relacionado a causas e gestão das marcas. Tem artigos publicados em revistas científicas internacionais e já participou em diversas conferências internacionais, com efere. Organizou, ainda, duas conferências internacionais relacionadas com o marketing público e não lucrativo, a última delas em 2016. Orientou diversas Teses de Mestrado e leciona, desde 2001, no ISCAP, unidades curriculares da área do Marketing e gestão da Marca e no ISSSP, onde leciona marketing em organizações de economia Social. Constituiu e coordenou, ainda, a marca sem fins lucrativos DESLIGA-TE.

Jaime Canteiro

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISCAP Licenciado em Gestão pela Universidade Lusíada Pós-graduação em Gestão de Sistemas de Informação Empresariais pelo ISCAP Pós-graduação em Controlo de Gestão e Avaliação de Performance pela Porto Business School Mestrando em Estatística, Matemática e Computação pela Universidade Aberta. Diretor administrativo e financeiro da Domus Social, EM empresa responsável pela gestão e manutenção de equipamentos e infraestruturas do Município do Porto. Projetos relevantes: levantamento de requisitos e implementação de sistemas de informação empresariais, análise de procedimentos com vista a aumento de performance, auditoria interna no âmbito dos sistemas integrados de qualidade, sistemas de controlo interno, sistemas automáticos de integração de documentos. Participação no desenvolvimento de soluções para a cidade com suporte em ferramentas de design thinking. Desenvolvimento de soluções para problemas de logística. Entusiasta no desenvolvimento de soluções a problemas suportados por modelos preditivos.

Luís Folhadela

experiência profissional de mais de 20 anos em capital de risco e banca de investimento, tendo estado baseado na África Lusófona entre 2005 e 2014. Membro da equipa de gestão de vários fundos de capital de risco/private equity na Europa e África subsaariana, Luís implementou e liderou a área de Financial Advisory Services da KPMG em Angola, tendo sido igualmente co-fundador da Unidade de Business Development do Banco de Fomento Angola. Antes da sua experiência em África, foi membro da equipa fundadora da área de capital de risco do Grupo BPI. Com uma extensa experiência na análise e estruturação de investimentos como investidor, consultor e financiador, Luís tem estado desde 2014 ligado a vários projetos de impact investing. Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, e MBA Internacional pela IE Business School de Madrid, Luís dedica os seus tempos livres ao desporto, a viajar e à leitura.

Maria Antónia Rodrigues

É professora e diretora do curso de Licenciatura em Marketing do ISCAP – P. Porto. Iniciou a sua atividade profissional empresarial na área dos serviços numa empresa do grupo Sonae. É doutorada pela Universidade de Vigo, com tese em Marketing, mestre em Marketing pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, licenciada em Marketing e em Comércio Internacional, ambas, pelo ISCAP - P. Porto. É investigadora do Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP), tem participado em várias conferências e publicado vários artigos na área do marketing de serviços. Orienta e faz arguições de dissertações de mestrado, em colaboração com os mestrados da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e o Mestrado em Marketing Digital do ISCAP – P. Porto.

Mariana Malta

Doutorada em Tecnologias e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho e Professora Adjunta no Politécnico do Porto. Os seus interesses de investigação associam-se às formas sistemáticas de desenvolvimento de perfis de aplicação de metadados (MAP), assim como das técnicas mais adequadas para o desenvolvimento dos artefactos no processo de definição de um MAP. Neste âmbito, é autora do método Me4MAP. Tem trabalhado em particular no contexto da Economia Social contribuindo para o desenvolvimento de meios para a descrição das organizações de ES, das suas atividades, produtos e serviços de forma a poderem ser publicadas como dados ligados e abertos na Web Semântica.

Marta Mota

Licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, mestre em Gestão e Políticas Ambientais, pela Universidade de Aveiro e doutorada em Sistemas Sustentáveis de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Apresentou e defendeu tese no âmbito do reporte da sustentabilidade das empresas do sector eléctrico europeu.

Professora Adjunta Convidada do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto, na área da Economia.

Professora Auxiliar Convidada no ISMAI, nas áreas da gestão e das energias renováveis.

Perita técnica da Comissão Europeia, na área das energias renováveis.

Investigadora da UNICES (ISMAI), onde desenvolve investigação na área da sustentabilidade do setor eléctrico.

Nina Aguiar

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e doutorada em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade de Salamanca, com dissertação realizada no âmbito do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Bragança, na área do Direito. Investigadora do Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP), onde desenvolve investigação na área do direito e da fiscalidade das entidades de economia social.

Óscar Afonso

Doutorado e professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP). Leciona nos três ciclos de estudos – licenciatura, mestrados e doutoramento. É membro fundador do NIFIP (Núcleo de Investigação em Finanças Públicas e Política Monetária), do OBEGEF (Observatório de Economia e Gestão de Fraude, sendo atualmente seu presidente), CEFAGE-UBI (Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia) e CEFUP (Centro de Estudos em Economia e Finanças da Universidade do Porto). É autor de livros, de diversos capítulos em livros, de mais de 90 artigos em revistas científicas internacionais, de inúmeros working papers e de comunicações em congressos internacionais. Tem realizado trabalhos de consultadoria, como membro da equipa técnica e como coordenador.

Susana Bernardino

Licenciada em Gestão pela Faculdade de Economia do Porto e doutorada em Gestão pela Universidade Portucalense, com dissertação realizada no âmbito do empreendedorismo social. Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, na área da Gestão. Investigadora do Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP), onde desenvolve investigação na área do empreendedorismo e empreendedorismo social, tendo participado em conferências e seminários sobre o tema e publicado diversos artigos científicos em revistas nacionais e internacionais.

Tiago Fernandes

Doutorado em Direito do Trabalho pela Universidade de Santiago de Compostela. É licenciado e mestre pela Escola de Direito do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica, onde conclui também uma pós-graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. É Professor Auxiliar da Universidade Portucalense, Infante D. Henrique, e Assistente Convidado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. É advogado, prática que exerce essencialmente nas áreas do Direito Laboral, Direito Comercial e Contencioso.

8. PARCERIAS

O curso é desenvolvido em parceria com o OBEGEF (Observatório da Economia e Gestão da Fraude) e a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social).

9. PROPINAS

O valor da propina é de 2.000€.

Este preço poderá ser alvo de descontos para alunos e ex-alunos do ISCAP, bem como associados de colaboradores de entidades que tenham protocolos de colaboração com a PEA.

10. REGRAS DE ADMISSÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Podem candidatar-se ao curso titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, bem como detentores de currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste curso pelo Júri de admissão.

11. CALENDÁRIO E HORÁRIO ESCOLAR

O curso decorre de 11 de Outubro de 2019 a 27 de Junho de 2020 nas instalações do ISCAP.

O horário das sessões será pós-laboral: sexta-feira (19H00–22H00) e sábado (9h00-13h00).